

**ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA
GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM GARANHUNS**

Data : 09/12/2015

Horário: 10:00

Local : Gerência Garanhuns

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Paulo Parísio, Luciana Branco Maria de Lourdes Ferreira Diniz.

Representantes dos empregadores

José Geraldo Nogueira- CDL

Anselmo F. B. Batista- CDL

Representantes dos trabalhadores

Luiz Gonzaga de Lima- suplente

Lucimar Maria de Oliveira – titular FETAPE

CONVIDADOS

Dr. Norbério- chefe do SST

II - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representantes dos trabalhadores- Adjamiro Ribeiro lopes (Titular)

Representante dos Aposentados e Pensionistas- José estevam Pereira (Titular)

Pastoral da Pessoa Idosa – Maria do Carmo Nunes Florentino (Titular)

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

**Representantes dos aposentados e pensionistas- Clovis Teixeira de Carvalho-
(suplente).**

Representantes dos empregadores Roberto Marques Ivo (Titular), José de Abreu Cavalcanti
Junior (suplente)

Pastoral da Pessoa Idosa – Maria Luiza Alves (suplente)

IV - ABERTURA

Verificada a existência de quorum, a assistente social Maria de Lourdes Ferreira Diniz

cumprimentando a todos abriu a reunião justificando a ausência do Presidente deste Conselho, Francisco Heriberto Granja Alencar que estava com outro compromisso mas que o servidor Paulo Parísio, seu substituto, estava presente para representá-lo. Em seguida apresentou a proposta da pauta da reunião do dia e deu início aos trabalhos.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da nona reunião ordinária deste CPS, ocorrida em 12/05/2015 foi submetida à apreciação do plenário, sendo aprovada sem restrições.

VI- OUTROS ASSUNTOS

Paulo Parísio, conselheiro que substitui o presidente do conselho, dá início à reunião. A conselheira Lourdes Diniz lê a ata e esta é aprovada por unanimidade. Paulo Parísio explica as mudanças propostas pelas MP 664 e 665 e aprovadas em lei 13.135/2015 e lei 13.134/2015. Uma das alterações propostas pela MP e que não foi aprovada é a do benefício auxílio doença que continua sendo pago pelo empregador nos primeiros 15 dias, o que muda é o cálculo do salário de contribuição. Em relação à pensão por morte foram acatadas as seguintes alterações : dois anos de casado ou de união estável; dois anos de contribuição; renda mensal de 50% mais 10% por dependente. O conselheiro José Geraldo pergunta se essas regras vale para homem e mulher e Paulo Parísio responde que tanto vale para pensionista homem, mulher e casais homoafetivos. Paulo Parísio apresenta a servidora Luciana que chegou para compor a equipe do SERBEN. Dr. Norbério, chefe do SST, que foi convidado para a reunião apresenta o panorama do quadro de médicos da Gerência Garanhuns e informa que nos últimos dias dois médicos se afastaram por pedido de exoneração e aposentadoria e que até abril de 2016 cerca de quatro médicos devem entrar com pedido de aposentadoria e que nesse caso, ficará cinco médicos para atendimento a 17 agências da previdência da gerência Garanhuns. A conselheira Lourdes Diniz pergunta a Dr Norbério se há previsão de concurso para médicos e este responde que não. Dr. Norbério informa que os peritos encontram-se em greve há mais de noventa e cinco dias sem previsão de retorno e que uma das pautas da greve é a realização de concurso público. Os conselheiro lamentam pois a população está sendo extremamente prejudicada no seu direito e o Conselheiro Geraldo acrescenta que no comércio está sendo feito cota para ajudar financeiramente os funcionários que se afastam por auxílio doença. Dr Norbério diz que o Ministério não se sensibiliza para resolver este problema pois a única saída é a realização de concurso público ou a terceirização do serviço de perícia médica. Quando questionado sobre a questão da terceirização da perícia médica Paulo Parísio diz que é muito perigoso pois o valor pago por perícia é de trinta e cinco reais e que poucos médicos demonstraram interesse quando foi realizada uma consulta à categoria de médicos. Paulo Parísio lembra que além do grande número de perícias médicas aguardando para atendimento, existe também uma fila paralela que é a dos benefícios judicializados. A conselheira Lucimar diz que a leitura tem que ser mais ampla pois a questão da medicina privada é um grande negócio e que o SUS também não funciona como deveria. Paulo Parísio informa que outra saída é a ACP que está sendo proposta para concessão administrativa de benefícios que dependem de perícia médica e que não conseguem agendamento com prazo inferior a 60 dias mas que esta só se aplicaria para empregados com até sessenta dias de afastamento e para rurais empregados, portanto, não terá muito impacto pois não inclui PP e nem PR e que 60% dos requerentes são segurados especiais que não se

enquadram nesta medida. A conselheira Lucimar questiona se o contratado tem mais vantagem que o credenciado e Paulo Parísio explica os prós e os contra e informa que o credenciado é um paliativo pois tem uma limitação que não pode atender o mesmo segurado mais de 6 vezes seguida, tendo que ser direcionado à perícia médica do INSS. O conselheiro Geraldo coloca a experiência do exame do DETRAN que custa cento e um reais e faz a comparação com os planos de saúde. O Conselheiro Geraldo coloca a CDL à disposição para ajudar na discussão da proposição da ACP da perícia médica. Paulo Parísio faz um balanço da greve dos servidores informando que durante a greve foram mantidos alguns atendimentos e após a greve foram realizados mutirões e que hoje já não há resíduos e que foi garantido o pagamento dos benefícios desde a data do agendamento inicial e que os mutirões aconteceram aos sábados e que os indicadores de produtividade já apresentam-se melhores. A conselheira Lourdes Diniz informa que com a greve a demanda pelo benefício de prestação continuada diminuiu quase 50%. Paulo Parísio informa que três novas agências serão inauguradas até fevereiro de 2016 nas cidades de São Bento do Una, Lajedo e Buíque. O conselheiro Geraldo e a conselheira Lucimar tiram algumas dúvidas sobre a regra dos 85/90 pontos para aposentadoria. A conselheira Lourdes Diniz falou sobre a dificuldade de participação dos conselheiros e que muitos não estavam mais comparecendo às reuniões. O Conselheiros sugeriram que cada entidade fosse visitada para que fosse novamente esclarecido aos novos dirigentes sobre a importância do Conselho e que confirmem a continuidade da participação no conselho da Previdência.

IX – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

1-Informações sobre a ACP que está sendo proposta em relação à concessão de benefícios que dependem de perícia médica;

2-Confirmação dos membros do conselho

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a conselheira Maria de Lourdes F. Diniz representando o presidente do plenário e deste Conselho, Francisco Heriberto Granja Alencar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a nona Reunião Ordinária do Conselho de Previdência Social de Garanhuns. Para constar, eu, Maria de Lourdes Ferreira Diniz, conselheira, no momento atuando como secretária deste Conselho, lavrei a presente ata.

Garanhuns 09 de dezembro de 2015

Francisco Heriberto Granja Alencar

Presidente do CPS

ATA DE PRESENÇA
DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA PREVIDÊNCIA

DATA 09 / 12 / 2015

[illegible]